Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS

(Fis. _____

CONTRATO N° 20150296

O(A) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na RU\ 8, SN, LOTE ESPECIAL, inscrito no CNPJ (MF) sob o n° 12.58 1.232/0001-60, representado pek(a) Sr.(a) SADY LUCAS DE ARAUJO, Secretário Municipal de Saúde, portador do CPF n° 599797.394-87, residente no Morro dos Ventos S/N, e de outro lado a firma TRANSROSSY COS4. DE GÁS E TRANSP. LTDA., inscrita no CNPJ (MF) sob o n° CNPJ 08.083.328/0001-20, estabelecida à AVENIDA BOM JARDIM,482, BOM JARDIM, Parauapebas-PA, CEP 68515-000, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.(a) ODÃILSON PINHEIRO ROSSY JUNIOR, residente na RUA L, N° 100, UNIÃO, Parauapebas-PA, CEP 68515-000, portador do(a) CPF 696.902.862-34, tem entre si justo e avençado, e celeram o presente Instrumento, do qual são partes integrantes o Edital do Pregão n° 9/2014-003ª EMSA e a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se CONTRATANTE e COITRATADA às normas disciplinares da Lei n° 10.520/02 e da Lei n° 8.666/93, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Contrato tem como objeto AQUISIÇÃO DE BOTTIÕES DE GÁS LIQUEFEITO DE PETIOLEO - GLP, GÁS DE COZINHA, DE 13KG E 45KG, AMBOS OS TIPOS VAZIOS, PAR ATENDER A DEMANDA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARUAPEBAS, NO ESTADO DO PARÁ.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
087775	BOTTIÃO DE GÁS 45KG; - Marca.: SUPERGASBRAS (Somente o vazilhame.)	UNIDADE	5,00	390,000	1.950,00
087783	BOTTIÃO DE GÁS 13 KG - Marca.: SUPERGASBRAS (Somente o vazilhame.)	UNIDADE	47,00	150,000	7.050,00
VALOR GLOBAL R\$					9.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

- O valor deste contrato, é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).
- Os quantitativos indicados na Planilha de Formação de Preços constante da proposta apresentada pela CONTRATADA no Pregão n° 9/2014-003SEMSA e na Cláusula Primeira deste instrumento são meramente estimativas, não acarretando à Administração do CONTRATANTE qualquer obrigação quanto a sua execução ou pagamento.
- A forma de fornecimento será de acordo com as necessidades da Administração, através de Ordem de Compra, expedida pelo CONTRATANTE, nos prazos previstos no referido edital.
- Em caso de prorrogação do prazo de fornecimento, devidamente justificada e autorizada, que resulte em período superior a 12 (doze) meses, poderá ser concedido reajustamento de preços, com base na variação efetiva, do período, aplicando-se o índice de IGP - M, com data-base referente à da apresentação da proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

1. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do Pregão nº 9/2014-003SEMSA, realizado com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

1. O prazo de vigência deste Contrato terá início em 19 de Junho de 2015 extinguindo-se em 18 de Outubro de 2015, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, desde que ocorra algum dos motivos previstos no art. 57, § 1º da Lei 8.666/93. O Contrato terá validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

1. Caberá ao CONTRATANTE:

1.1 - permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE para entrega dos produtos;

1.2 - impedir que terceiros forneçam os produtos objeto deste Contrato;

1.3 - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

1.4 - devolver os produtos que não apresentarem condições de uso;

1.5 - solicitar a troca dos produtos devolvidos mediante comunicação a ser feita pelo Serviço de Almoxarifado;

1.6 - solicitar, por intermédio da Ordem de Compra expedida pelo Serviço de Almoxarifado, o fornecimento dos produtos objeto deste Contrato;

1.7 - comunicar à CONTRATADA, qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

1. Caberá à CONTRATADA:

1 - responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos ser como:

- a) salários;
- b) seguros de acidentes;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

Eis, _____

- e) vale-refeição;
- f) vale-transporte; e
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

1.2 - manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém sem qualquer vínculo empregatício com o mesmo;

1.3 - manter, ainda, os seus empregados identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;

1.4 - respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do ATANTE;

responder pelos danos causados diretamente à Administração do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

1.6 - responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do ATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do

1.7 - efetuar a entrega do produto objeto da Ordem de Compra, de acordo com a necessidade e o do CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Ordem de Compra a pelo do Serviço de Almoxarifado;

1.8 - efetuar a troca dos produtos considerados sem condições de uso, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da comunicação expedida pelo Serviço de Almoxarifado;

1.9 - comunicar ao Serviço de Almoxarifado do CONTRATANTE, por escrito, qualquer idade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário; e

1.10 - a obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão nº 9/2014-003 SE USA.

CLÁUULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

1. À CONTRATADA caberá, ainda:

11.1 - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração do CONTRATANTE;

11.2 - assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do produto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

1.3 - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relativo ao fornecimento do produto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

| 1.4 - assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Contrato.

2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa e passiva, para com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DA ENTREGA DO(S) PRODUTO(S)

1. Todos os produtos a serem utilizados deverão ser de boa qualidade e não serão recebidos produtos com data de validade vencida ou próximo da data de vencimento, botijões amassados, enferrujados ou apresentar qualquer outro tipo de danificação.

- - os produtos deverão ser entregues pontualmente, de forma a permitir que a(o) Fundo Municipal de Saúde possa notificar, formal e tempestivamente, a licitante vencedora sobre as irregularidades observadas quando do fornecimento;

- - o botijão deve trazer o lacre e rótulo de segurança sobre a válvula com a companhia distribuidora;

- a entrega deverá ocorrer, no prazo máximo de 10 (dez) dias depois de solicitado pelo Contratante, por meio de "Autorização para Entrega", observando os locais e endereços para entrega;

CLÁUSULA DÉCIMA - DO LOCAL DE ENTREGA DO(S) PRODUTO(S)

1. A CONTRATADA deverá entregar o(s) produto(s) no Serviço de Almoxarifado do CONTRATANTE, sito à Rua B, no 360, Cidade Nova em dia e em horário de expediente normal;

2. A entrega dos materiais iniciará-se no prazo de 10 (dez) dias corridos após o recebimento da ordem de Compra expedida pelo do Serviço de Almoxarifado;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DO(S) PRODUTO(S)

1. O(s) recebimento(s) do(s) produto(s) deverá(ão) ser efetuado(s) pelo Chefe do Serviço de Almoxarifado ou por outro servidor designado para esse fim, representando o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

a CONTRATADA observar, também, o seguinte:

1.1 - expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Administração do CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato;

| 1.2 - expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE; e

1.3 - é vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento dos produtos objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

/

1. Este contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado para esse fim, representando o CONTRATANTE, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a Autoridade Competente do CONTRATANTE, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

3. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ATESTAÇÃO

1. A Atestação das faturas correspondentes ao fornecimento dos produtos caberá ao Chefe do Serviço de Alimentação do CONTRATANTE, ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DESPESA

1. A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária Exercício 2015 Atividade 2.117, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.04, no valor de R\$ 2.250,00, Exercício 2015 Atividade 2.101, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.04, no valor de R\$ 300,00, Exercício 2015 Atividade 2.102, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.04, no valor de R\$ 1.500,00, Exercício 2015 Atividade 2.106, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.04, no valor de R\$ 3.000,00, Exercício 2015 Atividade 2.112, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.04, no valor de R\$ 300,00, Exercício 2015 Atividade 2.120, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.04, no valor de R\$ 900,00, Exercício 2015 Atividade 2.122, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.04, no valor de R\$ 150,01), Exercício 2015 Atividade 2.124, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.07, no valor de R\$ 300,00, Exercício 2015 Atividade 2.128, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.04, no valor de R\$ 300,00, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja

1.1 - a despesa para os anos subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao Município de PARAUAPEBAS, na Lei Municipal do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO PAGAMENTO

1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos junto ao CONTRATANTE.

2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal ou fatura deverá estar acompanhada dos seguintes documentos: Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS), emitida pela Secretaria da Receita Federal; Certidão de Regularidade Junto ao FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CINDI), fornecida pelo Ministério do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Estado do **Pará**
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS

ou Tribunais Regionais do Trabalho e Certidões Negativas de Débitos perante às Fazendas ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, em original ou em fotocópia

3. CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos forliedidos não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e a4eitas.

4. P CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indnizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

5. T nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação finahceira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de

5.1 - nos casos de eventuais antecipações de pagamentos, fica convencionado que será aplicado o ial de 10% (dez por cento) de desconto sobre os valores disponibilizados.

6. T'.os casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo COT4TRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:

EM ' Encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP | Valor da parcela a ser paga.

= Inlice de compensação financeira = 0,000 1644, assim apurado:

1 = (T

1 = (6/ 00)

36

1 = 0,0 01644

TX = ercent da taxa anual = 6%.

6.1 - A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada

7. O mento de cada parcela será realizado a partir da data final do período de adimplemento da obrig (não superior a 30 dias), na proporção dos fornecimentos efetivamente prestados no período respe segundo as Ordens de Compra expedidas pelo CONTRATANTE e de conformidade com as notas fiscai ras e/ou recibos devidamente atestadas pelo setor competente, observadas a condições, e da ordem de compra emitida.

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS

8. Os pagamentos serão realizados de acordo com o cronograma de desembolso (físico-financeiro) determinado pelo CONTRATANTE, no período máximo de 30 (trinta) dias para cada parcela da obrigação, e em ^{cotisonância} com a respectiva disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Es4 Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Adiiinistração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

1. No interesse da Administração do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

2. A ONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.

3. Ner hum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultE ntes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PENALIDADES

1. O traso injustificado na execução dos serviços ou o descumprimento das obrigações estabelecidas no contrafo sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinz) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.

2. P Ia inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração do CONTRATANTE poderá, garant da a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

2.1 - advertência;

2.2 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

2.3 - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Admiijistração do CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurrem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autori4ade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

3. motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos 1 e 2 desta cláusula:

3.1 - pelo atraso na execução dos serviços, em relação ao prazo proposto e aceito;

LWÁ

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

3.21- pela recusa em substituir qualquer material defeituoso empregado na execução dos serviços, que vier a ser rejeitado, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da rejeição; e

3.3 - por recusar refazer qualquer serviço que vier a ser rejeitado caracterizada se a medida não se efetivar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de rejeição.

4. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

5. | Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no Item 3 desta cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

6. | As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

VIGÉSIMA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n 8.666/93.

2. A rescisão do Contrato poderá ser:

2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

2.2 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja ciência para a Administração do CONTRATANTE;

2.3 - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

3 - Constituem, ainda, motivo para rescisão do contrato, assegurados ao contratado, de acordo com o artigo 78 incisos XIV a XVI da Lei n° 8.666/93:

3.1 - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

3.2 - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS

(FIS.gS

3.3 - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no

3.4 - quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78, sem que haja culpa do adquirente, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda a:

3.4.1 - devolução de garantia;

3.4.2 - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

3.4.3 - pagamento do custo da desmobilização

4. rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

4.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurada a defesa e a ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA VIINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

1. Este Contrato fica vinculado aos termos do Pregão nº 9/2014-003SEMSA, cuja realização decorre da autorização do Sr. SADY LUCAS DE ARAUJO, e da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro do Município de PARAUPEBAS, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E. a firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, ATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

PARAUPEBÁS -PA, 19 de Junho de 2015.

IPAL DE SAUDE
CNPJ (FUNDEB) 00.581.232/000 1-60
CONTRATO Nº 4TE
J/ 17/

LTDA

CNPJ 08.838.828/000 1-20
CoT. PARAUPEBAS (A)

T

1

2.